



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ORDENS DO DIA

- 1.1 – Plenário
- 1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATAS



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/9/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.125, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.126, que dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.



Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.129, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no comércio, na intermediação, na fundição e na purificação de joias usadas, ouro e metais nobres. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.130, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.177, que dá nova redação ao inciso XII do art.13 e acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.179, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidente em obra pública dos Poderes do Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.188, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, a hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.189, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado (assegura representação proporcional entre deputados e deputadas, assegurando-se ao menos uma vaga para cada sexo na constituição da Mesa e das comissões na ALMG). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 20/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.073/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.593/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos nºs 4.604, 4.605, 4.606, 4.656 a 4.661 e 4.665/2016, do deputado Cabo Júlio, 5.439, 5.452, 5.455 e 5.461/2016, do deputado Noraldino Júnior, 5.471/2016, da Comissão de Direitos Humanos, 5.524/2016, do deputado Anselmo José Domingos; e 5.528/2016, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 20/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.868/2015, do deputado Ulysses Gomes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 276/2015, do deputado Inácio Franco; 2.594/2015, do deputado Wander Borges; 3.646/2016, do deputado Douglas Melo; 3.660/2016, do deputado Braulio Braz; e 3.665/2016, do deputado Arnaldo Silva.

Requerimento nº 5.482/2016, da deputada Marília Campos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.816/2015, do governador do Estado; 3.099/2015, do deputado Arnaldo Silva; e 3.192/2016, do governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.482 e 3.502/2016, do governador do Estado; 3.166/2015, do deputado Dirceu Ribeiro; e 3.323/2016, do deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.366/2016, do deputado Léo Portela; 5.470/2016, da Comissão de Direitos Humanos; 5.473/2016, do deputado Léo Portela; 5.474/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel; e 5.479 e 5.488/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.022/2015, do deputado Antônio Jorge.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nos 5.331/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro, e 5.465 e 5.466/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.



Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.447/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.521/2016, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.404 e 5.441/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 5.436/2016, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 5.440/2016, do deputado Felipe Attiê; 5.457/2016, do deputado Bosco; 5.504, 5.506 e 5.507/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 20/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.541/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Requerimentos nos 5.084/2016, do deputado Braulio Braz, 5.334/2016, do deputado Wander Borges, e 5.336 e 5.492/2016, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.598/2016, do deputado Douglas Melo, e 3.649/2016, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/9/2016, às 9h30min, no Santuário Nossa Senhora Aparecida, no Município de Campos Altos, com a finalidade de, em audiência pública, debater sobre as cadeias produtivas do café, do leite e do queijo minas artesanal e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco os deputados Geraldo Pimenta, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/9/2016, às 9h50min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Glaycon Franco, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/9/2016, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.816/2015, do governador do Estado, 3.099/2015, do deputado Arnaldo Silva, e 3.192/2016, do governador do Estado; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.482 e 3.502/2016, do governador do Estado, 3.166/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, e 3.323/2016, do deputado Bosco; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 5.366/2016, do deputado Léo Portela, 5.470/2016, da Comissão de Direitos Humanos, 5.473/2016, do deputado Léo Portela, 5.474/2016, do deputado Celinho do Sintrocél, e 5.479 e 5.488/2016, da Comissão de Direitos Humanos; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2016.

João Magalhães, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.557/2016**Comissão de Desenvolvimento Econômico****Relatório**

De autoria do deputado Dilzon Melo, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Lambari – Acil –, com sede no Município de Lambari.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada, e de Desenvolvimento Econômico.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, combinado com o art. 102, inciso XIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição visa declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Lambari – Acil –, com sede no Município de Lambari.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça esclareceu que a entidade cumpre os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública, previstos no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

A documentação que instrui o processo comprova que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

O estatuto constitutivo da instituição, com alteração registrada em 11/7/2016, prevê, em seu art. 66, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída, de objetivo cultural, acadêmico ou assistencial; e, no art. 68, veda a remuneração de seus dirigentes.

Quanto ao mérito do projeto, cumpre lembrar que, conforme consta em seu estatuto, a associação tem as seguintes finalidades:

- “sustentar, defender e reivindicar perante os poderes públicos os direitos, os interesses e os assuntos que digam respeito aos associados e, dentro da lei, defendê-los, orientá-los e coligá-los;
- participar do debate e da solução de problemas socioeconômicos de âmbito regional, nacional e internacional;
- promover a união e a solidariedade entre os associados e as associações de classe do País e do exterior;
- promover e divulgar o turismo, produtos, serviços e unidades econômicas da cidade e região.”.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Acil em Lambari, na defesa dos interesses do turismo, da indústria, do comércio e dos prestadores de serviços e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico e social do município, consideramos meritória a iniciativa de lhe conferir o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.557/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2016.

Antônio Carlos Arantes, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.593/2016****Comissão de Segurança Pública****Relatório**

De autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Araguari, com sede no Município de Araguari, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O policiamento comunitário, estratégia institucional que inseriu o cidadão na promoção da segurança pública, transformou o papel da sociedade na questão do combate à criminalidade. De meros informadores de eventos criminosos, os cidadãos integraram-se aos órgãos de defesa social para contribuírem na solução dos problemas da segurança pública.

A criação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Conseps –, associações civis sem finalidade lucrativa, constitui importante ferramenta para inserção da sociedade nas discussões de segurança pública, além de contribuir para a implementação efetiva do policiamento comunitário na localidade onde atuam.

Nessa perspectiva está inserido o Projeto de Lei nº 3.593/2016, que pretende declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Araguari, entidade em funcionamento desde 1999 que tem como objetivo “aconselhar e oferecer apoio e suporte técnico, material e jurídico aos órgãos encarregados da segurança pública, proteção ao meio ambiente e defesa dos direitos do cidadão e de toda a comunidade do Município de Araguari” (art. 3º do Estatuto Social da entidade).

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela instituição, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.593/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2016.

João Leite, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 19/9/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Gilmara Maria França Mesquita Caldeira, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 56/2016

Nº do Processo no Portal de Compras: 1011014 112/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital, o pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de seguro de acidentes pessoais para o quadro de estagiários da Assembleia, teve sua sessão pública virtual adiada para as 10 horas do dia 30/9/2016.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2016.

Larissa Alves Cabral, pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 72/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014161/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 3/10/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de cabo de vídeo e conectores.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 74/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014166/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 4/10/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de painéis industrializados para piso.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATAS

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.505/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/6/2016, na pág. 105, no Substitutivo nº 1, no inciso IV do art. 16, onde se lê:



“a Lei nº 13.689”, leia-se:

“a Lei nº 13.869”.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.505/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/8/2016, na pág. 71, na Redação do Vencido, no inciso IV do art. 16, onde se lê:

“a Lei nº 13.689”, leia-se:

“a Lei nº 13.869”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.505/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/8/2016, na pág. 73, no inciso IV do art. 16, onde se lê:

“a Lei nº 13.689”, leia-se:

“a Lei nº 13.869”.

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.215

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 26/8/2016, na pág. 12, no inciso IV do art. 16, onde se lê:

“Lei nº 13.689”, leia-se:

“Lei nº 13.869”.